

Programa de Regionalização do Turismo: Categorização dos Municípios Turísticos da Região Central do Rio Grande do Sul, Brasil

Fábio Zanini de Paula¹
Patrick Flores Soares²
Thiago Reis Xavier³

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar a categorização dos municípios turísticos da Região Central do Rio Grande do Sul, estabelecida pelo Mapa do Turismo Brasileiro. Para tal foi realizado um estudo exploratório e descritivo que teve como fonte de informações dados secundários disponibilizados no Portal Mapa do Turismo 2019-2021 do Ministério do Turismo. A categorização dos municípios turísticos foi criada a partir do Programa de Regionalização do Turismo, que divide o território brasileiro em 333 regiões turísticas, e forma o Mapa do Turismo Brasileiro. Este categoriza os municípios em A, B, C, D ou E. O Rio Grande do Sul possui 27 regiões turísticas, incluindo a Região Central - objeto de análise deste estudo. Os resultados evidenciam o pequeno impacto do turismo no desenvolvimento da Região Central, ressaltando o baixo volume de estabelecimentos hoteleiros e empregos formais gerados pelos meios de hospedagem, o tímido fluxo de turistas e a baixa arrecadação de impostos federais; o que pode indicar, também, um elevado grau de informalidade no setor.

Palavras-chave: Programa de Regionalização do Turismo; Mapa do Turismo Brasileiro; Categorização dos Municípios Turísticos; Regionalização; Políticas Públicas de Turismo.

Abstract: This study aims to analyze the categorization of tourist municipalities in the Central Region of Rio Grande do Sul, created by the Brazilian Tourism Map. An exploratory and descriptive study was carried out. Secondary data provided by the Brazilian Ministry of Tourism were used. The categorization of tourist municipalities was created by the Tourism Regionalization Program. This program divides the Brazilian territory into 333 tourist regions and forms the Brazilian Tourism Map. The Map categorizes tourist municipalities into A, B, C, D or E. Rio Grande do Sul has 27 tourist regions, including the Central Region - object of analysis of this study. The results show the small impact of tourism on the development of the Central Region. It's noteworthy the fewness of existing hotel establishments and the few formal jobs generated by the means of accommodation, the low flow of tourists and the little collection of federal taxes. These results may indicate a high degree of informality in the sector.

Key-Words: Tourism Regionalization Program; Brazilian Tourism Map; Categorization of Brazilian Touristic Municipalities; Regionalization; Public Tourism Policies.

1. Introdução

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), lançado em abril de 2004, pelo Ministério do Turismo (MTur), como parte integrante do PNT 2003-2007, constitui uma política pública que visa desenvolver a atividade turística no território brasileiro,

¹ Graduando em Gestão de Turismo; Universidade Federal de Santa Maria; <http://lattes.cnpq.br/6949112866038461>; fabiozanini_sm@hotmail.com.

² Graduando em Gestão de Turismo; Universidade Federal de Santa Maria; <http://lattes.cnpq.br/5473179288954101>; patricksoaresf@gmail.com.

³ Orientador: Doutor em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Maria Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto; Departamento de Turismo – Universidade Federal de Santa Maria; <http://lattes.cnpq.br/8501419228745660>; thiago.xavier@ufsm.br.

por meio da regionalização e da descentralização, com foco no planejamento coordenado e participativo (BRASIL, 2013).

Sob o foco proposto pelo PRT, o processo de regionalização sugere um olhar que vai além do município, para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização. Nesses preceitos, entende-se que a integração de municípios em regiões turísticas pode gerar um melhor aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos, criando, assim, condições favoráveis ao surgimento de destinos turísticos qualificados e competitivos, por meio do desenvolvimento regional (BRASIL, 2013).

Para tal, o MTur se baseia no conceito de descentralização da gestão da atividade turística no território brasileiro, ou seja, no entendimento que o processo de regionalização envolve a articulação e integração dos atores envolvidos, com base na gestão democrática e na participação social.

O processo de regionalização promovido pelo PRT tem como foco as regiões turísticas estabelecidas a partir do Mapa do Turismo Brasileiro que tem como função nortear as ações a serem desenvolvidas no âmbito do MTur. Os municípios que o compõem são indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as Instâncias de Governança Regionais (IGRs), considerando critérios previamente estabelecidos pela pasta ministerial. Eles são categorizados em A, B, C, D ou E de acordo com o desempenho de sua economia do turismo (BRASIL, 2019).

O Mapa do Turismo Brasileiro é atualizado bianualmente e de acordo com a sua mais recente atualização, realizada em 2019, divide o território nacional em 333 regiões turísticas, que abrangem um total de 2694 municípios. Por sua vez, o Rio Grande do Sul possui 27 regiões turísticas que envolvem um total de 345 localidades (BRASIL, 2019).

Nesses preceitos, considerando o preâmbulo apresentado, este estudo tem como objetivo analisar a categorização dos municípios turísticos da Região Central do Rio Grande do Sul, estabelecida pelo Mapa do Turismo Brasileiro.

A Região Central (objeto de análise) é composta por 16 municípios, sendo eles: Agudo, Cachoeira do Sul, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Seca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Toropi.

A Região Central do Rio Grande do Sul possui uma diversidade de atrativos relacionados à arquitetura, à cultura, à gastronomia e à natureza. Dentre eles pode-se citar um acervo dos mais antigos fósseis zoobotânicos do mundo de animais e vegetais com mais de 230 milhões de anos, incluindo o dinossauro mais antigo do planeta (DOTTO *et al.*, 2018) e

existência de cachoeiras, rios e trilhas que destacam um potencial regional para a prática de esportes radicais e do turismo de aventura (UFSM, 2021).

Além disso, a Região Central se destaca pela multiculturalidade derivada pela predominância das características de seus primeiros colonizadores, imigrantes europeus de origem alemã e italiana (DOTTO *et al.*, 2018).

Outro ponto de destaque é a existência de roteiros integrantes do projeto de Geossítio Aspirante UNESCO e o Geoparque Quarta Colônia (formado por nove cidades da chamada Quarta Colônia de Imigração Italiana - Agudo, Dona Francisca⁴, Faxinal do Soturno, Ivorá, São João do Polêsine, Silveira Martins, Nova Palma, Pinhal Grande e Restinga Seca) (UFSM, 2021).

Outro traço da região é que grande parte da produção econômica tem origem na atividade agropecuária. Essa atividade é diversificada e está relacionada com o processo de ocupação territorial e com a localização geográfica. Como resultado, tem-se a presença de grandes e médias propriedades, ocupadas por lavouras, pequenas propriedades de origem colonial com produção diversificada (e que estão se adaptando também para o turismo, como as da Quarta Colônia) e áreas de pastagens para o gado (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Adicionalmente, justifica-se a temática do estudo à partir do pressuposto que à partir da criação do PRT o processo de regionalização das políticas públicas de turismo ganhou espaço, tornando-se a diretriz central para o processo de desenvolvimento turístico brasileiro (ANJOS e ANDRADE, 2021). Nota-se, portanto, que desde então o Mapa do Turismo tornou-se um dos principais instrumentos utilizados pelo MTur para orientar prioridades, distribuir recursos e especificidades no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o setor (CHEMIN, FILIPPIM e ABRAHÃO).

2. Programa de Regionalização do Turismo (PRT)

Parte integrante do Plano Nacional de Turismo (PNT), o PRT foi criado em 2004 com o propósito de que sua execução, de forma descentralizada e regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutisse positivamente nos resultados socioeconômicos do país. Buscava-se, assim, estruturar e diversificar a oferta turística do Brasil, como forma de tornar o país mais competitivo internacionalmente (BRASIL, 2013).

Conforme Silva e Fonseca (2017, p.154) a criação do PRT visava superar “entraves e dificuldades encontradas na condução do turismo brasileiro” e passou a ressaltar “a necessidade de trabalho cooperado, a descentralização do poder de decisão, gestão regionalizada,

⁴ Ressalta-se que Dona Francisca não integra o Mapa do Turismo.

democracia e, por fim, gestão tecnocrática de ações públicas”. Desde então, o processo de desenvolvimento regional vem ganhando espaço nas políticas desenvolvidas pelo MTur, tornando o PRT a diretriz central para o processo de desenvolvimento turístico brasileiro (ANJOS e ANDRADE, 2021).

O PRT também se fortaleceu à partir da homologação da Lei Geral do Turismo nº 11.771, de 17 de setembro de 2008⁵, principal marco legal do setor no país e que definiu como um dos objetivos da Política Nacional de Turismo: promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando estados, o Distrito Federal e municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras dos benefícios advindos da atividade econômica.

Ponto central da Lei Geral do Turismo, Silva e Fonseca (2017, p.155) salientam que a descentralização do poder é uma “premissa que está na Constituição Federal de 1988 e que desde então têm sido produzidas algumas políticas com esse viés em vários setores, como na educação, na saúde, assim como no turismo”.

A relevância da regionalização pode ser justificada através dos argumentos de Lopes (2012, p.467), segundo o qual essa forma de abordagem tem como “principal objetivo desenvolver, conjuntamente, os municípios que se situam próximos uns aos outros e possuem uma série de atrativos e serviços complementares”. Nesse sentido, deve-se buscar o “planejamento sistêmico das regiões turísticas que se complementam entre si e têm potencialidades para atrair um fluxo turístico”.

Em outras palavras, pode-se dizer que a regionalização sugere um olhar que vai além do município para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização. Entende-se que o agrupamento municipal em regiões turísticas pode gerar um melhor aproveitamento dos recursos financeiros, técnicos e humanos, criando, assim, condições favoráveis ao surgimento de destinos turísticos qualificados e competitivos, por meio do desenvolvimento regional (BRASIL, 2013).

Com base nessa premissa, o PRT tornou-se um macroprograma responsável por tentar “organizar socialmente o poder público, iniciativa privada e agentes locais em instâncias de governança, na perspectiva de alcançar a diversificação dos produtos turísticos com a essência

⁵ BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm>. Acesso em: 23/set. 2021.

brasileira e, conseqüentemente, interiorizar o fluxo de turistas do país” (SILVA e FONSECA, 2017, p.154).

Para tal, o PRT busca a regionalização da atividade turística por meio de uma gestão que promova o diálogo permanente entre os Órgãos Colegiados Municipais (Conselhos de Turismo), Regionais (IGRs) e Estaduais (Secretarias Estaduais de Turismo); além de conter a representação da iniciativa privada, instituições de ensino e do terceiro setor.

A regionalização oportunizou que as 27 unidades federativas do país adquirissem voz para expor suas necessidades e características, o que colaborou para a construção dos critérios utilizados na definição do conjunto de municípios que constituem uma região turística. O resultado desse processo gerou uma ferramenta de trabalho, o Mapa da Regionalização do Turismo (BRASIL, 2017), o qual será discutido na sequência.

3. Mapa do Turismo Brasileiro

O PRT implantou, em 2013, o Mapa do Turismo como uma ferramenta que visava enfrentar diversas limitações para a tomada de decisões estratégicas por parte do Governo Federal. Esperava-se, assim, otimizar e orientar a atuação do MTur para o desenvolvimento e gestão do turismo, visando avançar na proposta de regionalização da atividade, por meio do mapeamento das regiões turísticas brasileiras (ANJOS e ANDRADE, 2021).

O Mapa do Turismo, instituído pela Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, é o instrumento do PRT que possibilita uma “leitura da distribuição espacial do turismo no Brasil”, constituindo-se no agrupamento que “orienta prioridades, distribuição de recursos, especificidades no desenvolvimento de políticas públicas” (CHEMIN, FILIPPIM e ABRAHÃO, 2021, p.2).

Atualizado a cada dois anos, o Mapa da Regionalização do Turismo tem como objetivo identificar o estágio de desenvolvimento da atividade turística no território nacional. O que é possível devido ao agrupamento de dados que resultam em um conjunto de informações que define indicadores capazes de categorizar os municípios turísticos brasileiros (BRASIL, 2017).

Sob essa ótica, Anjos e Andrade (2021, p.436) ressaltam que o Mapa do Turismo deve auxiliar o governo no desenvolvimento de “estratégias que estabeleçam a evolução das políticas públicas nacionais de turismo, reduzindo o foco no destino turístico (município) isolado, o fortalecimento da regionalização e a concepção de se trabalhar o conjunto de destinações”.

Todo município brasileiro pode fazer parte do Mapa do Turismo, sendo turístico ou não. Para tal, deve-se cumprir uma série de critérios estabelecidos, dentre os quais cita-se: possuir um órgão oficial responsável pela pasta do turismo; manter um Conselho Municipal de

Turismo (COMTUR) ativo; participar de uma IGR; apresentar orçamento próprio destinado para o setor do turismo e ter, no mínimo, uma empresa ou profissional registrado no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). Ressalta-se, ainda, que os municípios que compõem o Mapa do Turismo são validados pelos Órgãos Estaduais de Turismo em conjunto com as IGRs (BRASIL, 2013).

Adicionalmente, salienta-se que para pertencer a uma mesma região turística os municípios necessitam possuir determinados aspectos que os identifiquem, ou seja, possuir uma similar identidade histórica, cultural, econômica e/ou geográfica, além de serem próximos uns aos outros (BRASIL, 2017).

4. Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro

Instituída por meio da Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015, a categorização é um instrumento para identificação do desempenho da economia do turismo dos municípios inseridos nas regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro (ANJOS e ANDRADE, 2021).

Nesse sentido, essa ferramenta objetiva categorizar os municípios inseridos nas regiões turísticas como forma de subsidiar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e a implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios, de modo a atender suas especificidades, a partir do desempenho de sua economia do turismo (ANJOS e ANDRADE, 2021).

Por meio da categorização, espera-se acompanhar o desempenho econômico do setor de turismo nos municípios; conseguir otimizar a distribuição de recursos públicos; tomar decisões mais acertadas; implementar políticas que respeitem suas peculiaridades e orientar na elaboração de políticas específicas para cada categoria (BRASIL, 2019).

Para tal, a categorização dos municípios turísticos é realizada considerando os seguintes critérios estabelecidos pelo MTur: quantidade de estabelecimentos de hospedagem; quantidade de empregos em estabelecimentos de hospedagem⁶; quantidade estimada de visitantes domésticos⁷; quantidade estimada de visitantes internacionais⁸; e arrecadação de impostos federais a partir dos meios de hospedagem⁹ (BRASIL, 2019).

⁶ Os dados sobre hospedagem são obtidos por meio da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS 2017/Ministério da Economia.

⁷ De acordo com a Pesquisa de Demanda Doméstica 2012 – MTur/FIPE.

⁸ De acordo com a Pesquisa de Demanda Internacional 2017 – MTur/FIPE.

⁹ De acordo com dados da Secretaria de Receita Federal – Ministério da Economia.

Quadro 01: Variáveis de categorização dos municípios turísticos pelo Mapa do Turismo Brasileiro.

VARIÁVEL	FONTE DE COLETA
Quantidade de Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais –RAIS 2017/Ministério de Economia
Quantidade de Empregos em Estabelecimentos de Hospedagem	Relação Anual de Informações Sociais –RAIS 2017/Ministério de Economia
Quantidade Estimada de Visitantes Domésticos	Pesquisa de Demanda Doméstica 2012 – MTur/FIPE
Quantidade Estimada de Visitantes Internacionais	Pesquisa de Demanda Internacional 2017 – MTur/FIPE
Arrecadação de Impostos Federais a partir dos Meios de Hospedagem	Secretaria de Receita Federal –Ministério da Economia

Fonte: Brasil (2019, p.3).

Com relação às variáveis apresentadas no Quadro 01, justifica-se o foco na utilização exclusiva dos dados do setor de hospedagem por se considerar que quase a totalidade dos que utilizam um hotel são turistas. Enquanto serviços de alimentação e aluguel de veículos, por exemplo, possuem uma utilização muito elevada pelos residentes e dados relacionados ao seu uso pouco acessíveis (BRASIL, 2019).

Ressalta-se, também, que os dados sobre Arrecadação de Impostos Federais são obtidos junto à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Economia e incluem a arrecadação dos Tributos: IRPJ, CSLL, Cofins, PIS/Pasep, Imposto de Renda na Fonte e Receita Previdenciária (tanto a parte do empregado quanto da empresa) (BRASIL, 2019).

Para formação das categorias, os dados obtidos foram cruzados em uma análise de cluster - técnica metodológica que, conforme apresenta Mingoti (2005), divide elementos de uma amostra em grupos, agrupando-os, respeitando as variáveis estabelecidas. Dessa forma, deu-se origem a cinco categorias de municípios: A, B, C, D e E; agrupados de acordo com o desempenho de sua economia do turismo (BRASIL, 2019).

A categoria A encontra-se vinculada a todas as capitais do país e municípios que possuem grande fluxo de turistas, uma elevada quantidade de equipamentos e serviços de hospedagem e altas taxas de arrecadações de impostos. Por sua vez, as categorias B e C agrupam municípios de grande potencial ou que já ocupam uma posição de destaque no setor turístico, em especial no que diz respeito às variáveis em questão. Enquanto as categorias D e E reúnem municípios que tiveram um total das médias abaixo, sendo vistos como aqueles em

que a atividade turística ainda é incipiente e/ou possui pouca representatividade econômica (BRASIL, 2013).

O Mapa do Turismo Brasileiro é atualizado bienalmente e de acordo com a sua mais recente atualização, realizada em 2019, divide o território nacional em 333 regiões turísticas, que abrangem um total de 2694 municípios. Por sua vez, o Rio Grande do Sul possui 27 regiões turísticas que envolvem um total de 345 localidades (BRASIL, 2019).

Por sua vez, a Região Central - objeto de análise deste estudo - é composta por 16 municípios, sendo eles: Agudo, Cachoeira do Sul, Faxinal do Soturno, Itaara, Ivorá, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Restinga Seca, Santa Maria, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé, Silveira Martins e Toropi.

5. Procedimentos metodológicos

Este estudo encontra-se classificado como uma pesquisa exploratória e descritiva. Segundo Selltinz, Wrightsman e Cook (1965), enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam gerar idéias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Conforme Gil (1999), esse tipo de pesquisa proporciona uma aproximação com determinado fenômeno, envolvendo, em muitos casos, levantamentos bibliográficos e documentais, tal como é feito neste estudo.

Por sua vez, as pesquisas descritivas têm como finalidade a descrição das características de determinado fenômeno. Esse tipo de pesquisa, segundo Selltinz, Wrightsman e Cook (1965), busca descrever um fenômeno ou situação em detalhe, especialmente o que está ocorrendo, permitindo abranger, com exatidão, as características de uma situação ou um grupo, bem como desvendar a relação entre os eventos.

Como fonte de informações foram coletados dados secundários disponibilizados no Portal Mapa do Turismo 2019-2021¹⁰, atualizado bienalmente, e que tem como base informações disponibilizadas pelo MTur e que levam em conta as dimensões e variáveis (Quadro 01).

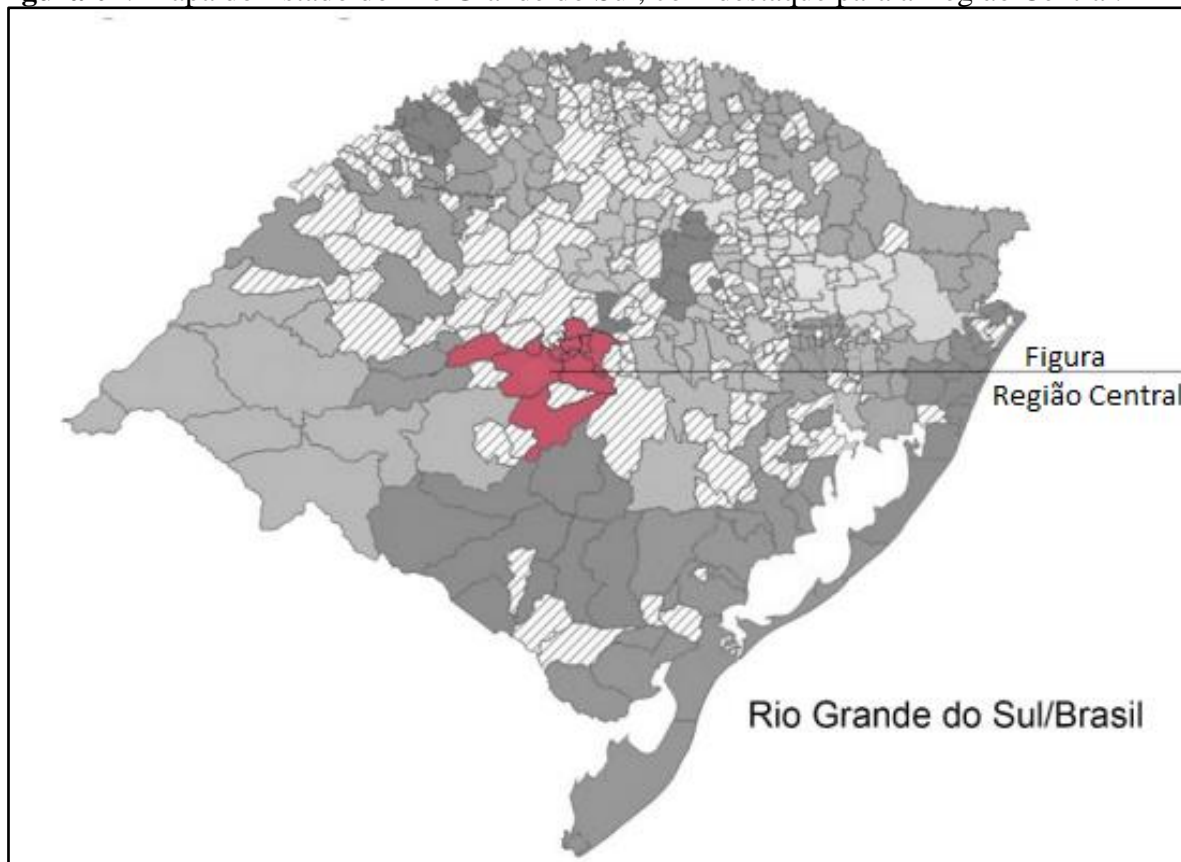
Para análise dos resultados foram realizadas discussões em grupo, a partir das quais, por meio da interpretação dos dados fornecidos, buscou-se a análise profunda dos dados e riqueza interpretativa. Para Aaker, Kumar e Day (2004), em pesquisas exploratórias o uso de grupos de discussão costuma envolver uma abordagem qualitativa e, geralmente, caracteriza-se pela ausência de hipóteses ou hipóteses pouco definidas.

¹⁰ Disponível em: <<http://mapa.turismo.gov.br>>. Acesso em: 22/set. 2021.

6. Interpretação e análise de resultados

Inicialmente, para iniciar a discussão sobre a categorização dos municípios turísticos da Região Central do Rio Grande do Sul, se faz necessário localizar geograficamente a posição desse agrupamento regional em relação ao Estado; o que é feito através do Figura 01.

Figura 01: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para a Região Central.

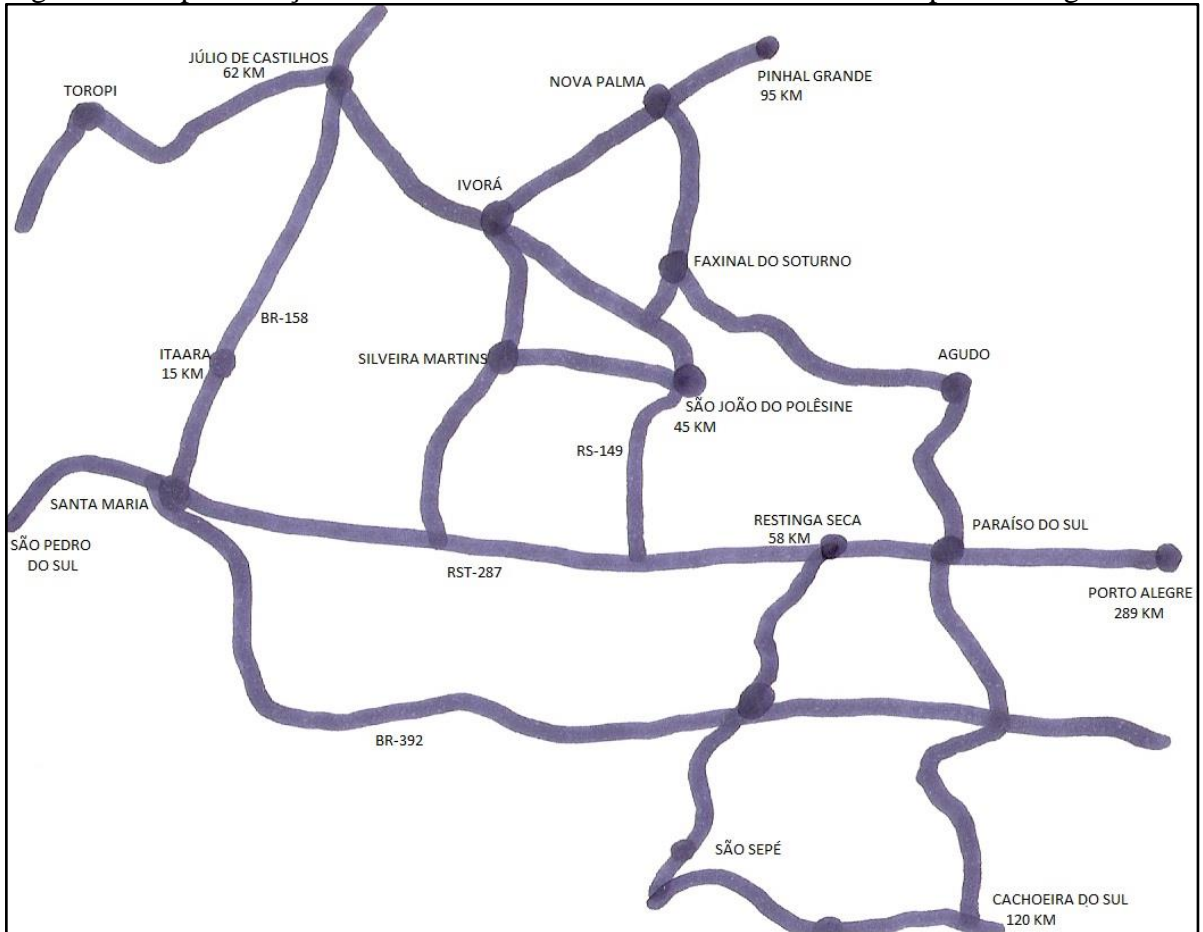


Fonte: Dotto *et al.* (2018, p.62).

O esboço da Região Central na Figura 02 aponta as distâncias a partir de Santa Maria, principal pólo econômico da região. Por esse município passam 3 Rodovias Federais (BR- 158, BR 287 e BR-392), o que faz dessa localização um importante entroncamento rodoviário e também porta de entrada para muitos turistas dos países vizinhos como Argentina e Uruguai que costumam frequentar o litoral gaúcho (BRASIL, 2018).

Conforme dados do Google Maps, a distância percorrida entre os municípios turísticos que compõem a Região Central do Rio Grande do Sul varia desde os 15 km, chegando à cidade de Itaara e de 120 km para chegar em Cachoeira do Sul. O trajeto até Porto Alegre é de 289 km via rodovia RST-287 e também pode ser realizado pela BR-392 (Figura 02).

Figura 02: Representação do Deslocamento Rodoviário Entre os Municípios da Região.



Fonte: Elaborado pelos autores, de acordo com dados disponibilizados pelo Google Maps (2021).

Adicionalmente se faz necessário apresentar informações como população estimada em 2021, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e o Produto Interno Bruto (PIB), de cada um dos municípios que integram a Região Central do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, apresenta-se o Quadro 02:

Quadro 02: Índices socioeconômicos dos municípios da Região Central

Municípios	IDHM (2010)	PIB (2018) (em R\$)	População Estimada (2021) (em mil habitantes)
Agudo	0,694	499.984,57	16.344
Cachoeira Do Sul	0,742	2.354.964,14	81.552
Faxinal Do Soturno	0,720	202.939,69	6.651
Itaara	0,760	124.773,50	5.573
Ivorá	0,724	52.897,15	1.854
Júlio De Castilhos	0,716	1.307.194,18	19.159
Nova Palma	0,744	310.073,07	6.519
Paraíso Do Sul	0,676	154.884,65	7.635
Pinhal Grande	0,678	686.453,48	4.309
Restinga Seca	0,683	463.381,37	15.702
Santa Maria	0,784	7.793.975,23	285.159
São João Do Polêsine	0,748	75.387,18	2.535
São Pedro Do Sul	0,709	397.931,33	16.100
São Sepé	0,708	805.171,76	23.492
Silveira Martins	0,742	53.181,86	2.365
Toropi	0,683	71.788,32	2.753
Total			495.337

Fonte: IBGE (2021).

Conforme mostram os dados expostos no Quadro 02, tem-se que a Região Central possui, ao todo, um quantitativo de 495.337 mil habitantes, sendo Santa Maria com 285.159 a mais populosa e a com maior índice de IDHM (0,784). Já Ivorá com 1.854 habitantes é a menos populosa, enquanto Paraíso do Sul possui o menor IDHM (0,676). (IBGE, 2021).

Também sobre o Quadro 02, nota-se que Santa Maria possui o maior PIB (7.793.975,23 milhões de reais), seguido por Cachoeira do Sul (2.354.964,14 milhões de reais) e Júlio de Castilhos, com 1.307.194,18 milhões de reais (IBGE, 2021). Já o menor PIB registrado foi em Ivorá - 52.897,15 mil reais.

Apresentados os dados socioeconômicos, pode-se iniciar a discussão acerca do processo de construção do Mapa do Turismo e categorização dos municípios turísticos do Rio

Grande do Sul. Neste sentido, salienta-se, no primeiro momento, que de acordo com a atualização realizada em 2019, o Estado possui 27 regiões turísticas que envolvem um total de 345 localidades gaúchas (BRASIL, 2019) (Quadro 03).

Quadro 03: Regionalização do Turismo no Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul		
Ano	Nº de Regiões Turísticas	Nº de Municípios Regionalizados
2019	27	345

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados do Mapa do Turismo (BRASIL, 2019).

A seguir, tem-se a distribuição do Mapa do Turismo da Região Central do Rio Grande do Sul de acordo com as categorias - que vai de “A” a “E” (Quadro 04).

Quadro 04: Quantitativo de municípios da Região Central em suas respectivas categorias.

Categoria	A	B	C	D	E	Total
Número de Municípios	0	1	1	10	4	16
% Na Categoria	0,00%	6,25%	6,25%	62,5%	25,0%	100%

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados do Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2019).

Conforme mostram os dados do Quadro 04, tem-se que na Região Central nenhum dos municípios encontra-se categorizado como A, que apenas Santa Maria está agrupada como B e somente Cachoeira do Sul está identificado como C.

Por outro lado, 10 municípios - Agudo, Faxinal do Soturno, Itaara, Júlio de Castilhos, Nova Palma, Restinga Seca, São João do Polêsine, São Pedro do Sul, São Sepé e Silveira Martins - encontram-se classificados como D (62,5%); enquanto 4 são agrupados como E - Ivorá, Paraíso do Sul, Pinhal Grande e Toropi (25%).

No que diz respeito ao quantitativo dos itens analisados nas variáveis utilizadas para definição de categorias do Mapa do Turismo, apresenta-se o Quadro 05:

Quadro 05: Variáveis utilizadas na categorização dos municípios da Região Central

Município	Quantidade Empregos Meios de Hospedagem	Quantidade Estabelecimentos Meios de Hospedagem	Quantidade Visitas Estimadas Internacionais	Quantidade Visitas Estimadas Nacionais	Arrecadação de Impostos	Categoria
Agudo	7	2	0	0	R\$ -	D
Cachoeira Do Sul	60	8	555	112.223	R\$ -	C
Faxinal do Soturno	6	2	0	0	R\$ -	D
Itaara	0	0	0	0	R\$ -	D
Ivorá	0	0	0	0	R\$ -	E
Júlio de Castilhos	5	1	0	0	R\$ -	D
Nova Palma	0	1	0	29.776	R\$ -	D
Paraíso do Sul	0	0	0	0	R\$ -	E
Pinhal Grande	0	0	0	0	R\$ -	E
Restinga Seca	1	1	127	38.011	R\$ -	D
Santa Maria	358	21	9.873	428.404	R\$ 5.217.749,00	B
São João do Polêsine	7	2	0	0	R\$ -	D
São Pedro do Sul	20	4	100	8.236	R\$ -	D
São Sepé	19	2	731	30.113	R\$ -	D
Silveira Martins	2	1	0	8.236	R\$ -	D
Toropi	0	0	0	0	R\$ -	E
Total	485	45	11.386	654.999	5.217.749	

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados do Mapa do Turismo Brasileiro (BRASIL, 2019).

Conforme mostram os dados do Quadro 05, pode-se inferir o baixo impacto do turismo no desenvolvimento regional, ressaltando o pequeno volume de estabelecimentos hoteleiros e empregos formais gerados pelos meios de hospedagem, o tímido fluxo de turistas e a baixa arrecadação de impostos federais no setor; o que pode indicar, também, um elevado grau de informalidade na área.

Com relação ao volume de estabelecimentos hoteleiros e empregos formais gerados pelos meios de hospedagem, observa-se que 5 municípios - Itaara, Ivorá, Paraíso do Sul, Pinhal Grande e Toropi - não apresentam meios de hospedagem nos registros oficiais e outras 6 - as 5 anteriores, acrescidas de Nova Palma - não apresentam dados de empregos ligados ao setor (apesar desta última possuir um estabelecimento registrado no banco de dados) (Quadro 05).

Observa-se, também, que no total foram identificados 45 meios de hospedagem cadastrados na Região, os quais geram um quantitativo de 485 empregos formais. Dentre esses, destaca-se o município de Santa Maria que possui 46,66% dos estabelecimentos e 73,81% das vagas geradas.

No que diz respeito ao fluxo de turistas, atenta-se para a ausência de registros oficiais sobre o fluxo doméstico em 9 dos municípios e internacional em 11. Neste caso, mais da metade das localidades não possui registros ou estimativas quanto ao número de visitantes (Quadro 05).

Por último, em relação à arrecadação de impostos, nota-se que apenas Santa Maria apresentou os números de arrecadação - 5.217.749 milhões de reais. Esse dado aponta que em 93,75% das localidades da região há ausência de informações sobre esta variável, o que torna esse município o único que apresenta informações que contemplam todos os indicadores (Quadro 05).

Destaca-se, também, que cinco dos municípios inseridos no Mapa do Turismo da Região Central não apresentaram dados relacionados a nenhuma das variáveis, sendo eles: Itaara, Ivorá, Paraíso do Sul, Pinhal Grande e Toropi. Chama a atenção por Itaara pertencer a categoria D, enquanto as demais estão na categoria E, mesmo todas não apresentando os mesmos dados necessários à categorização (Quadro 05).

Isso posto, pode-se dizer que os dados aqui expostos demonstram a carência por políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da atividade turística na Região Central, o que pode afetar a competitividade regional no que diz respeito à obtenção de recursos públicos, já que a categorização orienta o Governo Federal na tomada de decisão e o orienta na elaboração de políticas públicas visando o desenvolvimento turístico.

7. Considerações finais

Após a análise dos dados, tendo em vista o objetivo proposto, pode-se considerar que o turismo na Região Central do Rio Grande do Sul encontra-se incipiente, evidenciando-se o pequeno impacto da atividade no desenvolvimento regional. Tal aspecto pode ser notado pela predominância de municípios categorizados como D (10) e E (4), ou seja, que apresentam baixo índice em referência aos indicadores estabelecidos ou ausência de dados.

Nesse sentido, salienta-se o baixo volume de estabelecimentos hoteleiros e empregos formais gerados pelos meios de hospedagem, o tímido fluxo de turistas e a baixa arrecadação de impostos federais no setor; o que pode indicar, também, um elevado grau de informalidade na prestação de serviços ligados à atividade.

A questão tributária pode ser justificada pela ausência de dados oficiais, já que apenas Santa Maria teve a arrecadação de impostos registrada (5.217.749 milhões de reais). Outro ponto a ser ressaltado refere-se à ausência de informações oficiais sobre o fluxo de turistas domésticos em 9 dos municípios e internacionais em 11.

Dessa forma, pode-se inferir que o propósito do Mapa do Turismo Brasileiro em recorrer à categorização para subsidiar a gestão pública na tomada de decisões estratégicas e orientar a elaboração e a implementação de políticas específicas para a atividade turística ainda não foi alcançado, especialmente pela ausência de informações.

Essa ausência de informações pode afetar a competitividade da Região Central no que diz respeito à obtenção de recursos públicos, já que a categorização orienta o Governo Federal na tomada de decisão e o orienta na elaboração de políticas públicas visando o desenvolvimento turístico.

Pode-se apontar, também, para uma ineficácia no alcance dos propósitos de regionalização e descentralização do turismo nessa região - pilares centrais do PRT - já que tende a ocorrer uma concentração de destinação de recursos (humanos, técnicos e/ou financeiros) para outros agrupamentos regionais nos quais a atividade turística encontra-se mais consolidada no Estado, possuindo mais municípios indicados nas categorias A, B ou C.

Todavia, acredita-se que foram apresentados elementos que favorecem o entendimento e aprofundamento acerca do Mapa do Turismo e da Categorização dos Municípios Brasileiros - temas emergentes e cada vez mais vem recebendo atenção na formulação de políticas públicas por parte do Governo Federal.

Nesse sentido, recomenda-se que sejam realizados estudos em outras regiões turísticas, como forma de replicar os procedimentos de pesquisa aqui propostos e comparar os resultados obtidos, seja no Rio Grande do Sul ou em outros Estados brasileiros.

Também se propõe que sejam realizadas pesquisas em profundidade junto a gestores públicos locais (secretários de turismo, presidentes de Conselhos Municipais e representantes de IGRs) como forma de identificar o conhecimento que cada um tem acerca do PRT, do Mapa do Turismo e da Categorização dos Municípios Brasileiros, além das dificuldades que têm sido encontradas para que as ações previstas por essas ações governamentais realmente alcancem os resultados esperados e promovam o desenvolvimento regional por meio da descentralização da atividade turística no território gaúcho e/ou brasileiro.

8. Referências

AAKER, D. A.; KUMAR, V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 2004.

ANJOS, F. A. dos; ANDRADE, I. C. de. As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do Mapa do Turismo Brasileiro - 2019 (MTur). **Turismo Visão e Ação**, v.23, n.2, p.435-457, mai./ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, revoga a Lei nº 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Legislação, Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111771.htm>. Acesso em: 23/set. 2021.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Travessia urbana de Santa Maria/RS**: pista junto ao Trevo da Uglione começa a ser ampliada, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/noticias/travessia-urbana-de-santa-maria-rs-pista-junto-ao-trevo-da-uglione-comeca-a-ser-ampliada>>. Acesso em: 27/set. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro 2019**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**: Diretrizes Políticas. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Mapa do Turismo Brasileiro 2017 Perguntas e Respostas**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/PerguntaserespostasMapadoTurismoBrasileiro20092017.pdf>>. Acesso em 17/set. 2021.

CHEMIN, M.; FILIPPIM, M. L.; ABRAHÃO, C. M. de S. Projeção territorial e pontos de interesse em destinos turísticos da região Sul (Brasil): análise a partir do Mapa do Turismo 2019-2021. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo - RBTUR**, São Paulo, v.15, n.3, p.1-17, set./dez. 2021.

DOTTO, D. M. R.; CEREZER, L. C.; PONS, M. E. D.; DENARDIN, A. C. M. Roteiros turísticos da Região Central do Rio Grande do Sul – Estudo sobre as principais características e atrativos aos turistas. **Applied Tourism**, v.3, n.1, p.58-71, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOOGLE. **Google Maps**, 2021. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-29.6914687,-53.7911692,15z>>. Acesso em: 27/set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades, 2021**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 26/set. 2021.

LOPES, F. F. O Programa de Regionalização do Turismo e sua aplicação no Circuito Turístico Caminhos Gerais. **Revista Gestão & Conhecimento**. Edição especial, p.463-478, nov. 2012.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L. S.; COOK, S. W. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: Herder, 1965.

SILVA, R. C. da; FONSECA, M. A. P. da. Os investimentos do Ministério do Turismo e o Programa de Regionalização do Turismo: desencontros da política governamental no interior potiguar. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v.17, n.3, p.148-165, dez. 2017.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Pró-Reitoria de Extensão. **Geoparque Quarta Colônia Aspirante UNESCO**. Notícias, 2021. Disponível em: <<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/pre/geoparque-quarta-colonia/>>. Acesso em 24/set. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento Regional. **Perfis-Regiões funcionais de planejamento**, 2015. Disponível em: <<https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/15134058-20150319163519perfis-todos.pdf>>. Acesso em: 29/set. 2021.